





**BRASIL
PARALELO**

Brasil Paralelo, 2019
Arquivo Secreto: um passado escondido do Brasil.
1^a edição.

CAPA E PROJETO GRÁFICO
Amanda Loss

CONTEÚDO
Mariana Goelzer

SÚMARIO

05
apresentação

07
o princípio

19
caminhos cruzados

34
referências

APRESENTAÇÃO

Este livro se devota a revelar segredos há muito escondidos sobre a história brasileira. Fatos registrados que ficaram resguardados longe de nosso país, nos confins do Leste Europeu. Há um ditado popular comumente proferido de que a verdade, cedo ou tarde, aparece. Em nosso caso, esse aparecimento primeiro nos choca e perturba. Depois, nos alerta para o cuidado com o rumo presente de nossa nação, pois antigas mentiras permanecem amplamente divulgadas, impregnadas no imaginário popular, correndo livremente de boca em boca, estampadas em jornais, publicadas em livros, ensinadas nas escolas e universidades.

O despontar de novos conhecimentos acerca de nossa história incrivelmente encontrou seu estopim na Revolução de Veludo de 1989, em que o fim do regime comunista da Tchecoslováquia se fez acompanhar da progressiva liberação dos arquivos secretos de seus serviços de inteligência, que duramente atuaram

durante o amargo período totalitário. Esses arquivos delatam como o governo comunista da Tchecoslováquia, submetido a ordens de Moscou, agiu para ativamente influenciar os acontecimentos no Brasil das décadas de 1950 e 1960.

Expõe-se, aqui, uma pequena fração dessa realidade inexplorada sobre a qual não ouvimos falar.

O PRINCÍPIO

É difícil estabelecer o início de uma história, pois esta parece sempre encontrar indefinidamente nos eventos passados, as condições essenciais para explicar os fatos presentes, aprisionando-nos em um mecanismo regressivo sem fim. Mas é sensato supor que um bom momento para marcar o começo de nosso regresso se encontra na Rússia, mais especificamente em Moscou, entre os dias 2 e 6 de março de 1919.

Foi nesses dias finais do verão russo, que a reunião de 19 partidos comunistas sob a orientação de Vladimir Ilyich Ulyanov - mais conhecido como Lênin -, deu origem à III Internacional Comunista, o *Comintern*. Essa organização permitiu a esses partidos o planejamento de ações coordenadas com o objetivo de propagar as ideias comunistas nos seus respectivos territórios e preparar o terreno para a revolução mundial. Tanto na prática quanto na teoria, os comunistas de outras localidades tornavam-se assim subordinados

aos russos, uma vez que o *Comintern* era dirigido por um Comitê Executivo - ao qual todos deviam obediência - que constituía um departamento do Comitê Central do Partido Comunista Russo.



Lenin presidindo a III Internacional Comunista (*Comintern*)

No ano seguinte, no II Congresso Mundial do *Comintern*, foram estipulados os princípios da organização, os chamados 21 pontos, que fixaram a estrutura e a disciplina do modelo soviético como o padrão a ser seguido e forneceram as diretrizes de atuação e infiltração dos partidos comunistas.

Dentre os vários integrantes do *Comintern*, estava o Partido Comunista da Tchecoslováquia, o KSČ, que passou a funcionar legalmente a partir de 1921.

Alicerçado em instruções recebidas de Moscou, o partido passou a conquistar uma importância cada vez maior em seu país. Ironicamente (como dentro em breve se compreenderá), foi para monitorar os comunistas, e também os simpatizantes a Hitler, que durante a I República da Tchecoslováquia, no fim dos anos 1930, criou-se a *Státní Bezpečnost*, a Segurança do Estado, uma pequena divisão da polícia responsável por vigiar as forças políticas extremistas.

Não demorou muito para que a Segunda Grande Guerra abalasse o mundo e a Tchecoslováquia. A invasão das tropas hitleristas ao país encontrou no Exército Vermelho sua aniquilação. Contudo, a salvação se transformou em ocupação e, após a Guerra, a Tchecoslováquia seguiu o mesmo caminho de todos os países libertados¹



Sublevação dos tchecoslovacos, em Praga, contra o exército alemão em maio de 1945.

¹ Excetuando-se a Áustria, todos os países libertados pelo Exército Vermelho se tornaram socialistas após a guerra: Polônia, Alemanha Oriental, Hungria, Romênia, Bulgária, Iugoslávia e, claro, Tchecoslováquia. Em locais em que o Exército Vermelho não se fez presente, o modelo soviético não foi instaurado.

pelos soldados rubros: tornou-se socialista.

A Segunda Guerra experimentava seus últimos instantes quando o processo para implementar o socialismo na Tchecoslováquia recebeu um importante impulso. Em maio de 1945, o antigo deputado tchecoslovaco Klement Gottwald deixou Moscou, para onde havia emigrado em 1938, e retornou ao seu país para assumir o posto de chefe do Partido Comunista da Tchecoslováquia (KSČ). Sob seu comando e com apoio

dos soviéticos, ao término da guerra, os membros do KSČ empreenderam uma campanha difamatória contra os políticos dos partidos mais proeminentes, acusando-os de colaborarem com os alemães. A artimanha alcançou os resultados pretendidos: a eliminação da concorrência e o fortalecimento do KSČ. O novo cenário político ficou restrito a quatro partidos,



Gravura de Klement Gottwald ao lado de Stalin.

justamente aqueles a partir dos quais o KSČ conseguiu garantir a sua vitória com 40% dos votos nas eleições de 1946. Klement tornou-se o premier do governo de coalizão e o decisor do destino da República Tcheca e de seus habitantes na disputa vindoura que tão prematuramente já espreitava um mundo fatigado e aterrorizado.

O fim da Segunda Guerra Mundial de fato não trouxe a paz, mas a continuação ininterrupta de um conflito que se estendeu durante toda a segunda metade do século 20. Os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), antes aliados, voltaram-se um contra o outro, numa batalha em que a hegemonia do sistema socialista ou do modelo capitalista estava em jogo.



Conferência de Yalta em fevereiro de 1945. Da direita para esquerda: Stalin, Roosevelt e Churchill.

Esse longo período ficou conhecido como Guerra Fria, devido à inexistência de um confronto direto entre as duas nações; o palco desse duelo eram outros Estados, em que ambos tentavam forçosamente assegurar sua influência.

A ascensão do KSČ determinou que a Tchecoslováquia ficasse para o lado de lá da Cortina de Ferro. Entre os anos de 1945 e 1948, em condições semelhantes às de uma democracia, os comunistas tchecos promoveram a nacionalização de empresas e uma série de reformas fundamentais do Estado, utilizando o aparelho de segurança que estava em seu controle para liquidar quaisquer indícios de resistência. Sob a égide soviética, esforçavam-se para dominar ministérios e forças uniformizadas, principalmente a polícia e as forças armadas. Foi nesse contexto que no dia 30 de junho de 1945, o antigo termo *Státní Bezpečnost* (stb), a Segurança do Estado, passou a fazer referência à polícia política secreta subordinada exclusivamente aos desígnios do Partido Comunista tchecoslovaco, que a usava para perseguir seus opositores.

Em 25 de fevereiro de 1948, o KSČ abandonou sua falsa faceta democrática e instaurou um regime socialista, tornando a Tchecoslováquia oficialmente um dos países satélites submetidos à União Soviética.

O Fevereiro Vitorioso - como foi apelidado pelos comunistas - engendrou uma reformulação da Segurança do Estado (stb). Integrante da Polícia Nacional Tchecoslovaca (SNB), a stb foi sendo progressivamente modificada a fim de adequar-se aos moldes de organização soviéticos. Sua principal função era permitir a manutenção do sistema antidemocrático por meio da coação dos indivíduos, constituindo o aparato de repressão e controle social dentro da Tchecoslováquia comunista. Por desempenhar um papel tão indispensável, seu comando era determinado pela cúpula do KSČ e suas operações estavam sujeitos à análise dos conselheiros soviéticos, funcionários da KGB² delegados por Moscou para supervisionar as ações. A ingerência da União Soviética era tão extensiva, que até mesmo os termos soviéticos passaram a ser empregados na linguagem cotidiana dos membros da stb.

Enquanto partícipe do bloco soviético, à Tchecoslováquia também cabia auxiliar no combate aos principais inimigos, ou seja, EUA e o bloco continental - a OTAN, República Federal da Alemanha, Grã-Bretanha e França. Para cumprir com esse objetivo em

² Até o ano de 1954, a polícia secreta soviética chamava-se NKVD, antes, Cheka. De 1954 a 1991, funcionou como Comitê de Segurança Estatal - ou seja, KGB (em russo Komitet gosudarstvennoy bezopasnosti).

comum, empregava a StB. A estrutura dessa instituição contava com oito departamentos distintos, dentre os quais: I Departamento do Ministério do Interior (Ministerstvo Vnitra - MV) (SNB) - serviço de inteligência no exterior; II Departamento MV (SNB) - constrainteligência, responsável por monitorar o serviço de inteligência estrangeira no território da Tchecoslováquia, o chamado “inimigo externo”; III Departamento MV (SNB) - constrainteligência militar; IV Departamento MV (SNB) - departamento de investigação; V Departamento MV (SNB) - departamento de proteção de funcionários do partido e do governo; X Departamento MV (SNB) - departamento de constrainteligência no combate à oposição, juventude, igreja, etc., chamado “inimigo interior”.

A existência do I Departamento, voltado às atividades do serviço de inteligência no exterior, demonstra que, con quanto esta não fosse sua obrigação precípua, a StB não restringiu sua atuação aos limites da Tchecoslováquia. *Rezidentura* era o nome dado às bases do serviço de inteligência no exterior, geralmente localizadas em embaixadas. Os agentes, que ocupavam diferentes postos de trabalho como disfarce, eram enviados para cooptar uma rede de contatos e colaboradores, sendo encarregados também de sua forma-

ção ideológica. Essas pessoas eram usadas para obter informações, remetidas ao KSČ e à Moscou, a fim de embasar os planos estratégicos de dominância comunistas. As táticas estipuladas eram encaminhadas aos espiões, que as executavam através do gerenciamento do trabalho da rede.

O aliciamento de um novo contato começava quando o espião identificava alguém de seu interesse e que dava indícios potenciais de cooperação. Para preparar o ambiente para o recrutamento desse figurante, como eram chamados esses colaboradores inconscientes, o funcionário do serviço secreto estabelecia uma falsa relação de amizade e confiança mútua, perguntando pela vida pessoal e familiar dessa pessoa e ajudando-a a resolver seus problemas. Essa postura permitia que acumulasse informações mais complexas sobre o alvo, empregadas para facilitar seu arrebanhamento. Em outros casos, ao receber informações comprometedoras, chantageava esses indivíduos, constrangendo-os a colaborar.

Para fins logísticos, a STB dividiu a categoria de colaboradores secretos em três: contatos secretos (DS); agentes (A); colaboradores ideológicos (IS). Quando um figurante passava a colaborar com regularidade

e consciência, tornava-se um contato secreto (ds). Os ds normalmente acreditavam fornecer informações para órgãos legais da Tchecoslováquia e não para espiões. Às vezes, chegavam a cumprir, sem saber, tarefas postuladas pelo serviço de inteligência. Já os agentes eram cidadãos de países imperialistas e capitalistas, disciplinamente subordinados, que não pertenciam a partidos comunistas ou a organizações sob a influência desses partidos. Eles ajudavam conscientemente o serviço de inteligência, inclusive cumprindo trabalhos de espionagem, sendo remunerados por isso. Os colaboradores ideológicos (is) eram tchecoslovacos entregues incondicionalmente ao socialismo, que firmavam um compromisso escrito de colaboração secreta e regular. Enquanto era possível conquistar agentes através de convergência ideológica, desonra e chantagem, era imprescindível que um colaborador ideológico ou contato secreto fosse cooptado somente na base ideológica.

Essa multiplicidade de cooperantes era utilizada para executar as demandas do serviço de inteligência: a aquisição de documentos e informações e, principalmente, a realização das ações de *política de influência*, das *operações ativas* (AO) e da *desinformação*. A *Política de Influência* tinha por objetivo realizar ou

reforçar interesses da República Socialista da Tchecoslováquia e do bloco socialista. Cabia ao espião coletar informações e documentos sobre intenções políticas, militares e econômicas do inimigo, para orientar a sua realização. As *Operações Ativas* (A.O.), extremamente confidenciais, visavam a apoiar a política de relações exteriores e de segurança mundial do bloco socialista ou a realização de uma tarefa concreta de operação. Eram efetuadas para influenciar a percepção de autoridades e a opinião pública no sentido de enfraquecer política, militar, econômica e ideologicamente a posição do capitalismo, alardeando sua ambições imperialistas. A meta dessas ações era influir na situação política interior dos países e na sua política externa, criando condições favoráveis à realização dos interesses da União Soviética, do comunismo internacional e de outros países socialistas. A essência dessas ações era um jogo de aparências - desinformação e falsificação, organizações de fachada e manipulação das mídias. Para evitar violação de interesses de outros países socialistas e garantir o seu sucesso, as AO eram comunicadas à KGB e a outros serviços amigos de espionagem, que por vezes também participavam de sua efetuação. A *Desinformação*, por sua vez, consistia na fabricação

de informações e de documentos falsos e inverificáveis. Todas essa estrutura e essas medidas foram forjadas no intuito de conseguir a vitória na guerra, com a implementação do socialismo e o consequente controle desses territórios. Era o desejo de acumular poder o estímulo para o funcionamento de toda essa complexa engrenagem.

Con quanto compusesse o bloco socialista, a Tchecoslováquia era bem vista internacionalmente. Por isso, foi usada como um cavalo de Troia pela política soviética para direcionar os acontecimentos no Terceiro Mundo. Foi precisamente neste ponto em que os caminhos do Brasil e da Tchecoslováquia se cruzaram. Maior e mais importante país da América Latina, o Brasil era considerado o quintal do inimigo maior - os Estados Unidos. Era inevitável: nossa pátria se tornou a residência de espiões e alvo de ações soviéticas. Difícil imaginar, mas esse país de 14 milhões de habitantes, em conluio com Moscou, colocava em risco a nossa soberania.

CAMINHOS CRUZADOS

Naquele 24 de agosto de 1952, Jirí Kadlec desembarcou no Rio de Janeiro sem sofrer quaisquer impedimentos. Afinal, seu país, a República Tcheca, mantinha relações diplomáticas e comerciais amistosas com o Brasil. Apesar das aparências, era traiçoeira sua missão nas terras tropicais. Espião da stb, estava incumbido da importante tarefa de criar a primeira *Rezidentura* brasileira. Localizada na Capital Federal, a base do serviço secreto tchecoslovaco funcionaria dentro de sua própria Embaixada. Disfarçado de diplomata, o agente de codinome Honza daria início ao trabalho de coleta de informações e de formação de uma rede de contatos e colaboradores. Ambas atividades



Aeroporto Tom Jobim, popularmente conhecido como Galeão, em 1952.

serviam para atender a um objetivo último: combater o bloco capitalista e garantir a influência do sistema socialista dentro do território brasileiro, através de uma reorientação política e geopolítica dessa nação.

Para alcançar êxito em um empreendimento dessa magnitude, era preciso começar dos primeiros passos. Por isso, Honza fora encarregado de averiguar e enviar à Central em Praga dados sobre a situação norte-americana no Brasil: sua influência, o nível de penetração de suas empresas na economia e suas intenções e objetivos para o país. Nos relatórios frequentemente emitidos, igualmente constavam detalhes sobre a estrutura, o funcionamento e sobre os funcionários de órgãos governamentais, de partidos políticos, e até mesmo da Liga Camponesa. As mensagens também identificavam figuras proeminentes do burguesismo nacional que se defendiam contra um possível monopólio americano, por constituírem aliados potenciais.

Em seus momentos iniciais, a presença da STB se fez sentir timidamente. Honza partiu em 1955 sem carregar o mérito de apresentar muitos resultados. No entanto, os frutos de suas medidas não demoraram a ser colhidos. Nos primeiros anos da década de 1960, a *rezidentura* que instalara já atuava de forma incisiva

para direcionar o rumo do Brasil. Os agentes já contavam com a colaboração de jornalistas e tinham acesso a informações confidenciais do gabinete presidencial, do parlamento e da Petrobrás. Diversas atividades foram postas em marcha para influir em uma opinião pública favorável ao socialismo e contrária ao capitalismo. Foi assim que o serviço secreto tchecoslovaco conseguiu desenvolver algumas ações tão bem-sucedidas que ficaram gravadas na história do Brasil.

É o caso da Operação Ativa DRUŽBA (Amizade) cujo objetivo era formar um movimento perene e organizado em prol da defesa da Revolução Cubana na América Latina. O alerta que engendrou a sua criação partiu de um comunicado dos espiões brasileiros de 1962, no qual relataram que a rigidez do regime e os assassinatos que aconteciam em Cuba estavam minando o apoio e a simpatia populares ao país, motivo pelo qual o rompimento das relações diplomáticas com os Estados Unidos fora recebido com indiferença. Diante deste cenário, em 25 de setembro do mesmo ano, os soviéticos enviaram à Praga um projeto, que, aprovado no dia 2 de outubro, foi endereçado ao Brasil e logo entrou em vigência.

O plano estava dividido em etapas. Na primeira delas, os agentes nomearam o Comitê Nacional e criaram

a Frente Nacional de Apoio a Cuba (FNAC), sem que houvesse a participação explícita de conhecidos ativistas comunistas e cubanos, um cuidado exigido pelos soviéticos, para evitar a impressão de que esses movimentos estavam sendo promovidos por Cuba ou pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), uma vez que o objetivo era atrair largas camadas sociais independente de sua orientação política. As demais

residenturas da América Latina e os soviéticos forneceram uma lista com pessoas e entidades favoráveis a Cuba que poderiam ser incluídas na operação. O Comitê enviou convites a essas e outras instituições ativistas e nacionalistas da América Latina para o Congresso Continental de Solidariedade a Cuba, marcado para o dia 26 de março no Rio de Janeiro.

Para sensibilizar pessoas



Edição de "O Semanário" de 1962.

de distintos espectros políticos, traçou-se uma nova narrativa acerca do tema, em cuja difusão estavam envolvidas outras operações e um outro importante agente.

Ao mesmo tempo em que a DRUŽBA tomava corpo, o deputado federal Celso Brant, um ativista nacionalista, antiamericano, amigável aos países socialistas, se ocupava de utilizar sua ampla rede de contatos para cumprir com seus deveres de colaborador do serviço secreto soviético e auxiliar no êxito da operação. Estava nas mãos de Macho, codinome que lhe foi atribuído, a execução de outras duas ações complementares cuja meta era permitir a expansão do suporte à Cuba na sociedade, através da fabricação e disseminação da narrativa de que o país caribenho estava sendo vítima do imperialismo norte-americano e de que, na verdade, tratava-se não de defender a revolução cubana e o novo sistema por ela implementado, mas sim o direito à autodeterminação dos povos e os princípios de não-intervenção. Para espalhar e consolidar essa versão da história, era preciso influenciar o ponto de vista das pessoas. E para influir na opinião pública, era imprescindível utilizar da autoridade de certas personalidades e da mídia enquanto canais que apresentavam legitimidade junto à população.

Por isso, a A. O. PRÁVO, pela qual macho estava responsável, consistia em transpor para o Brasil o livro “Cuba en Punta Del Este”. A obra em defesa de Cuba, editada no ano anterior em Buenos Aires, fora escrita pelo argentino Enrique Ventura Corominas, primeiro Presidente da Organização dos Estados Americanos (OEA) em 1948, que havia sido recrutado pelo serviço secreto tchecoslovaco no final dos anos 1950 com o codinome Pilar e Naciár. Para dar publicidade e capilidade ao volume em solo brasileiro, Macho persuadiu o conhecido político, advogado e jornalista Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho³⁴ a produzir uma extensa crítica ao seu conteúdo para ser publicada na imprensa brasileira. A crítica, elaborada em conjunto por Macho e Lima Sobrinho, teoricamente desmascarava a política imperialista dos Estados Unidos e da OEA em relação à Cuba, criticando a doutrina *Monroe*⁵, com base na jus-

3 Barbosa Lima Sobrinho, como era referenciado, presidiu a Academia Brasileira de Letras em 1953 e 1954. Sobrinho também foi presidente da Associação Brasileira de Imprensa de 1926 a 1929 e depois de 1978 a 1992. Além disso, foi presidente do Instituto do Açúcar e do Álcool de 1938 a 1945. Esses são apenas alguns exemplos que ilustram sua importância política no Brasil.

4 <http://www.academia.org.br/academicos/barbosa-lima-sobrinho/biografia>

5 Refere-se ao comunicado enviado pelo presidente James Monroe ao Congresso norte-americano em 1823, no qual propunha uma hegemonia político-militar no continente americano. Esse aparelho seria liderado no Caribe pelos Estados Unidos.



Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho.

tificação legal dos princípios de não-intervenção e do direito à autodeterminação. Além disso, contava com uma avaliação geral da política imperialista norte-americana em relação aos países da América Latina e uma interpretação da política exterior brasileira em relação à Cuba e à posição do Brasil na Conferência de Punta del Este⁶. O texto ainda trazia em seu escopo um prefácio sobre Enrique Corominas, com ênfase à importância de suas convicções referentes às funções que desempenhou na presidência da OEA. Devido às suas habilidades, Macho conseguiu que sete jornais veiculassem o ensaio, dentre eles, o Jornal do Brasil⁷ e O Semanário⁸.

6 VIII Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores da Organização dos Estados Americanos (OEA) realizada em Punta del Este, capital do Uruguai, entre 22 e 31 de janeiro de 1962, em que se debateu o impacto da Revolução Cubana nos assuntos hemisféricos. Enquanto os EUA tencionavam o isolamento do regime socialista cubano, San Tiago Dantas, ministro das Relações Exteriores brasileiro, defendia os princípios da não-intervenção e da autodeterminação dos povos.

7 http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_08&pasta=ano%20196&pesq=Enrique%20Corominas

A pedido de Brant, Sobrinho também escreveu um pequeno livro, no qual esclareceu questões importantes para salvaguardar Cuba, igualmente alicerçadas, entre outros aspectos, no direito à autodeterminação e nos princípios de não-intervenção. Essa produção, cuja argumentação legal e sólida estava ancorada no direito internacional, era valiosa pois fornecia aos nacionalistas adeptos de Cuba e oponentes dos Estados Unidos fundamentos de juristas burgueses. Ao confeccionar uma narrativa que não empregava a linha argumentativa leninista-marxista, o opúsculo disseminou-se na sociedade, espraiou-se na mentalidade, conquistou as bocas e os corações. O apoio à Cuba estava de fato sendo inflado.

Corominas em Punta Del Este

BARBOSA LIMA SOBRINHO

Quem conhece os livros de Enrique V. Corominas, sabe e não se trata de um extremista. Suas posições os carregam, as teses defendidas na sua contínua atividade diplomática, o destacam entre os mais notáveis publicistas da América Latina. Não pertence à linhagem dos polemistas, como Ugarte, Ingenieros ou Eduardo Prado. Classificaria melhor entre os juristas internacionalistas, como Ricaldo ou Alejandro Alvarez. Basta lembrar que Corominas é presidente do Conselho da Organização dos Estados Americanos e que teve atuação destacadíssima na elaboração do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, assinado no Rio de Janeiro, em 1947. Defende a unidade continental americana, dentro de uma inspiração nitidamente demo-

crática. Sob o prestígio dessas idéias presidiu mais de uma vez a delegação de seu país, a Argentina, em assembleias interamericanas. Participou da discussão de que resultou, na Organização das Nações Unidas, a Declaração Universal dos Direitos do Homem. Não são poucos os tratados interamericanos de cuja redação participou. A lista de suas obras alinha uma série de títulos relativos a fatos e assuntos diplomáticos, como "En las Áreas Políticas del Caribe", em que procurou coordenar observações em torno da América Central, como campo de conflitos que vêm em perigo a unidade e a solidariedade interamericanas.

Pois Corominas esteve em Punta del Este. Esse o assunto de seu último livro, "Cuba en Punta del Este", relatando a sequência de reuniões e debates da Consulta de Chanceleres americanos, em Santiago do Chile e em S. José da Costa Rica, em 1959 e 1960, respectivamente. Essas conferências serviram de ensaio para o encontro de Punta del Este. São os mesmos assuntos, são os mesmos problemas que animam as reuniões de consulta dos chanceleres americanos nesses diversos locais da América.

Os Estados Unidos, em Punta del Este, apoiavam a proposta que a Colômbia encabeçava, para a exclusão de Cuba da Organização dos Estados Americanos. Na verdade, a Colômbia, no caso, não deixava de ser uma espécie de pseudônimo. E a assembleia da Reunião de Consulta composta de 21 Estados dividiu-se em diversas correntes e tendências. Corominas enumera não menos de quatro correntes. Uma, com os partidários decididos da exclusão ao todo 12 Estados, seguindo aparentemente a Colômbia mas na verdade liderados pelo Departamento de Estado. Não é Corominas quem diz isso. Ele deixa mesmo a Colômbia à frente

do pelotão de execução. No segundo grupo, estavam os adversários mais decididos da exclusão: México, Bolívia e Equador, defendendo a tese de nem sanções nem declarações, e constituinte-se no verdadeiro baluarte da não-intervenção e da autodeterminação. O terceiro grupo, com o Brasil, o Chile e o Haiti, admitia que fossem feitas exigências a Cuba. O Brasil falava até em neutralização de Cuba e que talvez irritasse ainda mais o Departamento de Estado do que a própria tese do México. Mas não se aprovava a exclusão, que era uma sanção não prevista na Organização dos Estados Americanos. Um quarto grupo, com a Argentina e o Uruguai, aproximava-se mais do ponto de vista do Brasil e do Chile, aproximava-se mais do ponto de vista das demonstrações possíveis de anticomunismo, menos a da exclusão de Cuba, penalidade que considerava inadequada e talvez até mesmo contraproducente.

O Departamento de Estado usou de todos os meios ao seu alcance para assegurar a vitória da proposta da Colômbia. Não foi o prestígio da Colômbia que arrastou os dois votos que faltavam, para completar os dois terços necessários, num total de 21 votantes. Dois terços exatos, por sinal. Nem mais um voto de quebra. Quatorze votantes contados a gacho. Nada mais. O Haiti foi um dos arrastados, diante de argumentos que não chegaram a ficar muito bem esclarecidos. Sua atitude, na conferência não parecerá desde o inicio, fácil de entender. Ora parecia mais favorável a Cuba do que qualquer outro votante. Ora admitia acompanhar o cordão da Colômbia. O último voto foi o do Uruguai, que vinha flutuando entre maioria ocasionalis, num governo colegiado. O representante uruguaio votava em Punta del Este com a Colômbia; e o presidente da Repúbi-

ca Oriental vinha ao Brasil, para acender fogos de artifício em homenagem ao princípio da autodeterminação dos povos. Cuba ficava naturalmente como voto contrário e os outros seis países da América Latina se unificavam numa abstenção que valia como voto contrário e que tinha significação considerável, pois que esses seis países somavam setenta por cento da população da América Latina.

Corominas, no seu livro, não salta nunca dos argumentos e das teses jurídicas. É um anticomunismo de certo mas dotado de uma consciência jurídica, que honra as Américas e que não deixará de incorporar-se ao patrimônio histórico do continente, na sua reação esclarecida e corajosa contra uma política de intervencionismo exorbitante. Países houve, conclui Corominas, que poderão dizer que "consideram o voto que deram, na Reunião de Consulta de Chanceleres Americanos de 1962, em Punta del Este, como um dos maiores privilégios que a vida jurídica haja podido conferir-lhes, em sua condição de repúblicas americanas; sobretudo porque colaboraram para que não se fizesse em pedidos o princípio de não-intervenção e para que não fosse quebrada a espinha dorsal da concepção maior da autodeterminação dos povos".

Com a autoridade de quem havia tomado parte saliente na elaboração do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca de 1947, Corominas entenda que, no caso de Cuba, não se justificava a aplicação desse Tratado. E via nesse voto e nessa resistência não um ato de rotina, na vida diplomática, mas o que ele realmente significa como uma vitória da consciência jurídica das Américas, na sua tarefa gloriosa e secular contra a prepotência e contra o arbitrio da política do poder.

Artigo de Barbosa Lima Sobrinho sobre livro de Corominas em edição de "O semanário" de 7 a 13 de março de 1963.

8 <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=149322&Page=4383&Pesq=Enrique%20Corominas>

A A. O. DRUŽBA também recebeu suporte de uma outra operação ativa, a A. O. LEAL, sugerida e tutelada por Brant. Proprietário de uma tipografia, Brant teve a ideia de imprimir folhetos para serem distribuídos aos participantes do Congresso. As exposições, em prol de Cuba, eram compostas por quatro trabalhos que haviam sido redigidos: Plínio de Abreu Ramos - Revolução Cubana e decomposição do pan-americанизmo; Amílcar Alencastre - Cuba, o que foi o que é; Moniz Bandeira - O poder dos trabalhadores em Cuba; Autor Anônimo - O ensino em Cuba. Como as 4 mil unidades impressas de cada um desses exemplares não foram inteiramente consumidas no Congresso, bibliotecas, organizações estudantis, sindicatos, e outras instituições, foram contempladas com o material.

Cartazes pela cidade, manifestações de rua e eventos culturais fomentavam ainda mais o suporte à Cuba e ao Congresso. Apesar dos sucessos que vinham sendo alcançados, dois acontecimentos potencialmente nocivos afetaram a A. O. DRUŽBA, ambos no período das duas semanas que antecederam a sua completa execução. O primeiro deles sucedeu-se no dia 12 de março, quando o Presidente João Goulart, que havia dado indícios de colaborar com o Congresso, inesperadamente se

recusou a conceder o seu apoio⁹, declarando simultaneamente, no entanto, que nada faria para o impedir. O segundo poderia ter tido efeitos ainda mais significativos: em 25 de março de 1963, um dia antes do Congresso, Carlos Lacerda, governador do Estado da Guanabara¹⁰, proibiu sua realização e tentou prender alguns dos participantes. Sem local, não haveria o que fazer. Coube a Brant a resolução desse problema. Amigo do governador do Estado do Rio de Janeiro, ele conseguiu autorização para realizar a conferência em Niterói, para onde, de fato, o evento foi transferido. O tiro saiu pela culatra: a proibição de Lacerda gerou mais interesse da mídia e resultou em protestos da imprensa direitista, que não apoiava Cuba, mas opôs-se ao comportamento autoritário do governador. A operação DRUŽBA triunfou. No dia 30 de março de 1963, na cidade de Niterói, mais de 2 mil pessoas, dentre as quais 42 deputados, compareceram ao Congresso

9 A recusa foi explicada pela presença do ministro das Finanças, San Tiago Dantas, em Washington, onde tentava obter um empréstimo significativo para o governo Goulart. De acordo com essa perspectiva, conquanto sua orientação esquerdista e pró-cubana, devido a necessidades financeiras, o presidente rendeu-se à pressão de Washington e retirou seu apoio ao Congresso.

10 Quando a Capital Federal foi transferida do Rio de Janeiro para Brasília em 1961, o Rio de Janeiro tornou-se o Estado da Guanabara, que perdurou de 1960 até 1975. O Estado da Guanabara era vizinho do Estado do Rio de Janeiro. Em 1975, os dois estados se fundiram, dando origem ao atual estado do Rio de Janeiro.

Continental de Solidariedade a Cuba¹¹, que foi mencionado até mesmo pelo New York Times. Ao fim do Congresso, a FNAC foi dissolvida e deu origem a uma nova organização de solidariedade à Cuba, que assumiu o compromisso de permanecer estimulando a defesa do país.

Por seu desempenho extraordinário nas três A. O. referentes à Cuba, Brant desfrutava de uma boa reputação com o serviço secreto. Isso permitiu que uma proposição sua se convertesse em uma operação dos tchecos e soviéticos. Em 1963, teve início a A. O. LAVINA (Avalanche). Seu objetivo era fundar um jornal nacionalista chamado Frente Popular, que, caso bem-sucedido, ensejaria a compra de uma rádio e de um canal de televisão, com alcance a toda América Latina. Para conceber o Frente Popular, os soviéticos concederam um empréstimo a Brant, que



Artigo publicado no jornal “O Semanário” sobre o Congresso Continental de Solidariedade a Cuba.

¹¹ <https://www.marxists.org/portugues/tematica/1963/03/cuba.pdf>

também captou verbas através da criação da Agência Brasileira de Informações e Propaganda (ABIP). A ABIP, aberta em maio, editava o *Shopping News*, periódico com anúncios e colunas sociais. Brant decidira trabalhar não somente com publicidade, mas também com a divulgação de informações, pois o movimento nacionalista não possui algo do gênero. A formalização do registro levou mais tempo do que o esperado, mas, em janeiro de 1964, a agência de imprensa e o jornal Frente Popular já estavam legalizados e podiam começar a operar. A ação decorria com tal sucesso que o presidente João Goulart a estava auxiliando financeiramente. Com todos os devidos ajustes realizados, o lançamento do primeiro número do jornal foi marcado para 21 de abril de 1964, dia de celebração de Tiradentes. Tudo estava indo bem.

Concomitantemente à A. O. LAVINA, que visava ao fortalecimento da mentalidade esquerdista e de sua perspectiva entre a população brasileira, os tchecos também colocavam em prática, em conchavo com os soviéticos, uma outra ação. A A. O. TORO tinha o intuito de prejudicar a imagem dos Estados Unidos, a fim de enfraquecer o bloco capitalista. Para isso, os especialistas da central de desinformação em Praga falsificaram

um boletim de informação da *United States Information Service* (USIS), comprometendo o diplomata norte-americano Thomas Clifton Mann e os Estados Unidos, que foi repassado junto a uma carta anônima para os jornais. Na carta anônima, um funcionário relatava que seu superior detivera a distribuição do boletim, porque um dos textos nele existente expunha demasiadamente a política predatória dos Estados Unidos em relação ao Brasil. A opinião pública, revelava o empregado na carta, não deveria saber disso. A qualidade do material, cuja produção fora baseada no conhecimento que a STB possuía das práticas e políticas dos Estados Unidos, era

tamanha, que sua credibilidade sequer chegou a ser questionada. Em fevereiro de 1964, a imprensa publicou o inverídico documento. Enquanto a notícia era encaminhada para ocupar as páginas dos jornais, um espião de codinome Lenco transmitiu a informação imprecisa ao deputado



Thomas Clifton Mann, diplomata norte-americano especializado em América Latina.

federal do PTB Alberto Guerreiro Ramos, que usou a tribuna no parlamento para criticar a política de Mann. A Embaixada americana foi obrigada a se manifestar e emitiu uma declaração desmentindo os documentos. Apesar da tentativa de restaurar a reputação de Mann e dos Estados Unidos, a nota oficial não obteve o impacto desejado. A percepção de que os Estados Unidos era um país imperialista uma vez mais era exitosa.

O dia 31 de março chegou e com ele o Regime Militar. O território brasileiro até então considerado amigável à fácil atuação dos serviços secretos, tornou-se um ambiente inóspito. Os planos de Brant, que não encontravam verdadeiros empecilhos à sua execução, foram detidos. No dia 14 de junho, a junta militar incluiu seu nome na lista de pessoas com os direitos políticos cassados pelo período de 10 anos como castigo por seu projeto que limitava a remessa de lucros para o exterior. Temeroso, abandonou as propostas do jornal e da agência de publicidade.

O A1 e A2 também cassaram os direitos políticos de muitos outros contatos e colaboradores da stb que, acuados, pararam de contribuir com os espiões. O novo funcionamento do país com os militares na presidência impôs uma drástica redução das atividades dos agentes

tchecos. Suas ações, no entanto, não foram completamente derrotadas. O sucesso da A. O. TORO serviu para dar credibilidade à narrativa que responsabilizava os Estados Unidos pela instauração do regime militar, uma perspectiva que se conserva atual nos países latino-americanos. O serviço secreto da Tchecoslováquia cessou suas atividades no Brasil em 1971. Contudo, seus registros permitem inferir que os soviéticos continuaram por aqui, influenciando o caminho trilhado por nossa nação.

Os arquivos secretos preservam assim um passado escondido do Brasil que ainda se faz presente. Nele, podemos encontrar explicações para parte de nossa história tanto incompreendida. Apenas uma pequena fração delas está exposta aqui. Afinal, durante o Regime Militar, o Brasil continuou sendo alvo de ações do serviço secreto estrangeiro. Muitas delas permanecem encobertas, o que nos deixa próximas oportunidades para as desvendar.

REFERÊNCIAS

KRAENSKI, Mauro, PETRILÁK, Vladimír. **O elo perdido: o Brasil nos arquivos do serviço secreto comunista.** Campinas: Vide Editora, 2017.

Entrevista realizada com Mauro Kraenski

Entrevista realizada com Vladimír Petrilák

<https://www.marxists.org/portugues/tematica/1963/03/cuba.pdf>

http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_08&pasta=ano%20196&pesq=Enrique%20Corominas

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=149322&PagFis=4383&Pesq=Enrique%20Corominas>

<http://www.academia.org.br/academicos/barbosa-lima-sobrinho/biografia>